

A celebração dos 150 anos da Comissão Científica do Império:  
um capítulo do processo de emergência e consolidação das Ciências  
Naturais no Brasil do século XIX

LORELAI BRILHANTE KURY (ORG.)

Comissão Científica do Império: 1859-1861

Rio de Janeiro: Editora Andrea Jakobson

Studio, 2009.

ALEX GONÇALVES VARELA

CHC/MAST

108

No ano de 1859, ou seja, há cento e cinquenta anos, um grupo de cientistas realizou a primeira expedição exploratória feita somente por brasileiros no país. Eles tinham como objetivo refutar os erros cometidos por naturalistas estrangeiros em suas descrições e estudos sobre o Brasil. Foi, então, com o objetivo de celebrar um dos capítulos mais notáveis da História das Ciências no Brasil, que a historiadora Lorelai Brilhante Kury, do Departamento de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, organizou o livro *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. A publicação busca destruir visões anacrônicas sobre a Comissão Científica de Exploração e apresentar os resultados da expedição numa obra que aborda o trabalho da expedição através das tentativas coerentes de seus integrantes em estabelecer objetos e objetivos científicos válidos.

A Comissão Científica do Ceará ficou conhecida pelo codinome *Comissão das Borboletas*, dado pela imprensa oposicionista à época de sua realização numa alusão à suposta superficialidade à qual ela se dedicava, pois se argumentava que lhe faltavam objetos mais concretos e imediatos, e por ser considerada de pouca relevância. E, pela importação de 14 camelos vindos da Argélia, por ordem do imperador D. Pedro II, que deveriam acompanhar o empreendimento. Ou ainda pelas aventuras amorosas dos membros da Comissão, “muito namoradores”. Foi, portanto, a partir desses fatos pitorescos e picantes, que ficou marcada a memória da Comissão.

A obra compõe-se de um prefácio, elaborado por Maria Sylvania Porto Alegre, a introdução ficou a cargo da organizadora do livro, e os cinco capítulos foram elaborados e redigidos por renomadas historiadoras das ciências para debater e comentar os feitos – e desfeitos – do grupo que ajudou a sedimentar uma ciência brasileira. O mérito da escolha das autoras reside no fato de a maioria delas já ter se dedicado a estudar algum aspecto da Comissão.

Lorelai Kury ficou encarregada da introdução, dando-lhe o título de *Explorar o Brasil: o Império, as Ciências e a Nação*. De acordo com a autora, a primeira expedição científica nacional, apoiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo próprio Imperador, originou-se do desejo do universo letrado imperial de forjar uma ciência brasileira, plenamente capaz de conhecer o Brasil. A montagem da expedição nutriu-se de um sentimento de orgulho nativista,

alimentado pelos ares do romantismo. Durante o século XIX foram realizadas importantes expedições por cientistas estrangeiros no Brasil. Com a criação das instituições locais, e sua consolidação, como o Museu Imperial, os cientistas locais deram início ao processo de afirmação do que seria uma ciência nacional. Esta, de acordo com Kury, era entendida como o conhecimento de temas brasileiros, realizado por brasileiros. A natureza tropical do país era compreendida como objeto por excelência para os estudos dos brasileiros. Dessa forma, as instituições nacionais buscaram se integrar ao processo de produção de conhecimento internacional, dominado pelos europeus.

Foi no bojo desse processo de emergência e consolidação de uma ciência nacional que se propôs a criação da Comissão Científica do Império, numa reunião do IHGB em maio de 1856, sendo Manuel Ferreira Lagos o mentor da proposta. O empreendimento foi realizado no período de dois anos (1859-1861), e, recorrendo às próprias palavras da autora, o seu maior êxito “foi o delineamento das estratégias de uma ciência nacional, vinculadas à criação de identidades regionais na segunda metade do século XIX. Para compreender a expedição é necessário atentar para sua crítica ao papel preponderante assumido pelos estrangeiros nos estudos científicos sobre o Brasil. Em um contexto de afirmação das elites imperiais, as instituições locais reivindicavam para si o status de produtores de conhecimento”. (p.28)

Bastante interessante foi a forma como a comissão foi compreendida pela organizadora da obra. Ela não foi vista apenas como uma forma de produção de conhecimento e de uma ciência nacional, fortalecedora das instituições locais. A esses fatos juntaram-se outros, como as peripécias amorosas dos seus membros, a contratação de camelos, entre outros, que ajudaram a compreendê-la como uma atividade múltipla, relacionada a diversas manifestações culturais e políticas da segunda metade do século XIX. A história da comissão tem que levar obrigatoriamente em conta a disparidade de interesses, costumes e expectativas que se manifestava entre as diferentes regiões do Brasil, e mesmo entre os diferentes segmentos sociais e culturais. Os viajantes atuaram como representantes de um poder central, ao mesmo tempo político e simbólico. Em outras palavras, as atividades científicas praticadas pelos membros da “aventura” não podem deixar de ser compreendidas afastadas das práticas culturais e políticas vigentes no Brasil da metade do século XIX.

No campo historiográfico, Lorelai argumentou que a Comissão teve pouco destaque. O principal analista foi Renato Braga, em *História da Comissão Científica de Exploração* (1962), obra que continua sendo referência. Surgiram novos estudos sobre o empreendimento, revelando fontes inéditas e análises bastante profícuas. Do ponto de vista específico da História das Ciências, e é esta a sua principal contribuição, a obra organizada apresenta uma *visão de conjunto* da expedição, apresentando um sumário das suas principais realizações científicas, compreendidas no âmbito da constituição e fortalecimento das instituições nacionais, em um momento no qual os próprios campos do saber estavam sendo forjados. Os textos reunidos abordam a organização da expedição e sua concretização, bem como avaliam as quatro principais áreas de conhecimento abarcadas pelos cientistas: geologia, etnografia, zoologia e botânica. Aos artigos de análise juntou-se a iconografia do evento, com imagens “abundantes e belas”, mas que estavam dispersas por diversas instituições. Elas são de dois tipos: imagens de caráter científico, relacionadas com a área de estudos da seção em que foram elaboradas; e imagens de cunho artístico, conjunto composto pelas aquarelas e desenhos de José dos Reis Carvalho, o artista da expedição, representando a temática regional e seu cotidiano, afora os desenhos de plantas.

Maria Margaret Lopes, uma das pioneiras no estudo da comissão, redigiu o artigo intitulado “A Comissão Científica de Exploração: uma ‘expansão para dentro’”. A autora entendeu a expedição como uma das mais expressivas manifestações da “expansão para dentro” que caracterizou o Estado Imperial brasileiro. Com o fim do sonho dos projetos expansionistas na América, tratou-se de forjar uma nação apoiada também na manutenção da indivisibilidade e da integralidade de um território contíguo e unificado.

A autora mostrou que, para a realização da Comissão, foi necessário o entusiasmo inicial dos seus membros, a compra de equipamentos e materiais de viagem e a elaboração de “ambiciosas” instruções. Contudo, a prática de campo está subordinada em grande parte às condições específicas dos lugares onde ocorrem, submetendo-se às condições econômicas de seus financiadores. Quanto às primeiras, os problemas e as vantagens para estudos do interior das

províncias do Brasil. Quanto ao segundo, se para os preparativos não houve economia, para a realização houve cortes orçamentários, revelando a perda de apoio institucional e político local e nacional do Rio de Janeiro para o projeto.

Maria Margaret argumentou que a comissão marcou sua época ao aglutinar alguns dos mais expressivos naturalistas do Império, ainda que com capacidades diferenciadas de desempenho, e fazendo parte da “expansão para dentro” do projeto imperial. Considerou que o entendimento sobre o empreendimento deve estar inserido nos projetos concretos dos naturalistas e engenheiros envolvidos na sua realização, em meados do século XIX, que pensaram e agiram para construir um país do futuro enquanto escreviam. É só nesse entendimento da perspectiva de progresso que marcava a época que, segundo a autora, podemos compreender a comissão.

Se o objetivo esperado por alguns senadores e pelos jornais da época de se encontrar um “novo eldorado” – minas de ouro e prata – não foi alcançado, a autora argumentou que um de seus objetivos explícitos, a obrigação de formar coleções para o Museu Imperial, foi realizado plenamente. Para a instituição foram as coleções de produtos naturais advindas das Seções de Geologia e Botânica, como também os instrumentos e materiais usados na preparação de produtos, bem como os livros e mesmo os seus diretores, que, em alguns casos, continuaram lá seus trabalhos iniciados na Comissão. Com o material trazido pela Comissão, o Museu Imperial foi o primeiro a organizar, à moda das exposições europeias, uma “exposição de indústria” no Rio de Janeiro em setembro de 1861. Como afirmou a autora, o Museu Nacional literalmente “lavou a alma”.

Por sua vez, quanto à vinda de camelos, o fato foi resultado das intensas relações dos diretores do Museu Imperial do Rio de Janeiro com a Sociedade de Aclimação Zoológica de Paris. Guilherme de Capanema, um dos integrantes da Comissão, e membro da Sociedade parisiense, conhecia suas experiências de aclimação de animais em outros países e conseguiu a vinda dos animais, que, com efeito, não se aclimataram no Ceará. Contudo, a tentativa de aclimação dos dromedários não foi “capricho ridículo”, mas uma experiência legítima do ponto de vista das ciências aplicadas da época.

110

O artigo “Areias, ventos e secas: ainda assim um ‘Eldorado’ à brasileira”, de Silvia Figueirôa, analisou os trabalhos da Seção Geológica, chefiada por Guilherme Schüch, barão de Capanema, a partir do material contido no *Zig-zag*, série de trinta e dois artigos publicados por ele no *Diário do Rio de Janeiro*, entre setembro de 1860 e junho de 1862. Além desses artigos, a autora analisou dois textos sobre as secas no Ceará de autoria de Capanema. Sem dissociar a face de engenheiro de formação da de naturalista, Figueirôa argumentou que a compreensão da geologia do Brasil pelo autor teve como base a sua experiência prática, marcada pelos trabalhos de campo e pela realidade local. A valorização do contexto local deixou transparecer sua visão otimista da natureza e das possibilidades futuras do país, inserindo-se assim na “ciência romântica brasileira”. As potencialidades locais e a capacidade do povo de explorá-la constituir-se-ia na associação perfeita para a exploração deste “Eldorado Tropical”.

A atuação do poeta Gonçalves Dias, um dos integrantes da comissão de maior renome e chefe da Seção de Etnografia, foi analisada por Kaori Kodama no artigo intitulado “Em busca da gênese do Brasil nas províncias do Norte: Gonçalves Dias e os trabalhos etnográficos da Comissão Científica de Exploração”. Na ótica do literato, a etnografia forneceria os materiais necessários para encontrar os primórdios da nação. A sua atividade não ficou restrita ao conhecimento das comunidades nativas do Ceará. Ela foi complementada por uma viagem às províncias do Pará e do Amazonas, onde mergulhou na natureza, encontrando “o que havia de genuíno e verdadeiramente nacional, o sentimento invisível de amor à pátria”. (p.133) A região Amazônica era o berço da nação tupi, a “Judeia” brasileira. A fala do povo foi o elemento que o poeta buscou para encontrar os traços indígenas ainda presentes em seu tempo. Os vocábulos nativos por ele documentados faziam da língua falada um elemento distintivo entre Brasil e Portugal, uma vez que incorporava muitas expressões e termos tupis. Coligir e documentar os vocábulos indígenas não era a mera contemplação da morte de uma cultura, pois a língua, no dizer de Kaori, “era o elemento vivo”, instrumento para a sua poesia e para um determinado tipo de conhecimento etnográfico. As coleções de objetos etnográficos enviadas por ele ao Museu Imperial do Rio de Janeiro, fruto dessa viagem ao Amazonas, que se vê nas belas imagens estampadas no livro, foram uma das mais relevantes contribuições da Comissão.

Manuel Ferreira Lagos, o mentor da proposta de organização da comissão técnico-científica de exploração, foi o responsável pela chefia da Seção de Zoologia, sobre a qual se debruçou a pesquisadora Magali Romero Sá com o artigo "A Zoologia da Comissão Científica de Exploração". Lagos foi o responsável pela formulação das instruções de viagem relativas à Zoologia, enfatizando a parte utilitária e as orientações necessárias ao enriquecimento das coleções científicas do Museu Imperial. No trabalho de campo, a autora argumentou que Lagos enfatizou a atividade pesqueira e foi indiferente para os assuntos propriamente zoológicos. Como não tinha perfil de naturalista tradicional, era um etnógrafo fazendo Zoologia, cujo olhar era dirigido apenas para a utilidade prática e para os impactos socioeconômicos que poderiam resultar dos conhecimentos científicos adquiridos. Durante a viagem, ele deu prosseguimento às suas pesquisas etnozoológicas. As coleções obtidas pela Seção de Zoologia incluíam aves, répteis, insetos, mamíferos, entre outros, que foram depositados no Museu Imperial e apresentadas na Exposição Nacional de 1851. De acordo com a autora, os resultados zoológicos da Comissão jamais foram divulgados, não produzindo Lagos qualquer estudo sobre o material coletado.

Lorelai Kury analisou, no artigo "Francisco Freire Alemão, botânico e viajante", a Seção Botânica chefiada pelo naturalista citado, figura cuja carreira já era respeitada no universo profissional da Corte do Rio de Janeiro e esteve sempre empenhado em prol do fortalecimento das Ciências Naturais no Brasil, com a criação de instituições e periódicos especializados. Os textos que escreveu sobre a Comissão são constituídos por um diário e memórias científicas. Era também um excelente desenhista. Os desenhos do botânico eram, em sua maioria, estudos da morfologia da planta, que demonstra o exame de cada componente da flor e a representação de diferentes etapas do processo de análise. Uma das suas preocupações residia no registro da variação da vegetação de acordo com as condições climáticas e geográficas, característica dos estudos dos viajantes-naturalistas do século XIX, seguindo os procedimentos, sobretudo, dos estudiosos Auguste de Saint-Hilaire, cujos diários de viagens se aproximavam do estilo deste, e Martius, com quem se correspondia. A Botânica não era o seu único objeto de estudo, interessando-lhe tudo aquilo que pudesse ser útil para conhecer a natureza, a indústria, a agricultura e o povo da região. Para além das questões científicas, o botânico registrou os desentendimentos entre os membros da Comissão, fato que deixava transparecer as dificuldades inerentes à mesma. Como presidente da Comissão e representante do Império, Alemão não mediu esforços para o sucesso do empreendimento e foi um dos primeiros cientistas brasileiros empenhados em construir uma sonhada ciência nacional. A sua especificidade de cientista brasileiro residia na convicção de que todo o povo pertencia a uma mesma nação e irmanava-se em um mesmo solo. Como sublinhou Kury, a tarefa de mapeamento da natureza do Brasil "constituiria um inventário simbólico da diversidade e da unidade do Império". (p.219)

111

O único senão da obra é a ausência de um artigo que trate exclusivamente da correspondência dos membros da Comissão, trocada entre si e com os membros do governo imperial, ou com as próprias instituições de pesquisa, revelando as suas expectativas, alegrias e frustrações com o desenvolvimento das atividades do empreendimento, desentendimentos e convergências sobre os rumos tomados, e sobre o próprio cotidiano dos integrantes no Ceará, que revelam o dia a dia de cada um deles. Contudo, essa lacuna não invalida de forma alguma a obra, que já nasce leitura obrigatória, pois revela a todos nós a celebração de um feito, a realização da nossa primeira expedição científica, composta somente por nacionais, por meio de uma narrativa abrangente desse episódio, informando finalidades, resultados alcançados e malogros. Além disso, traz ao público o conjunto iconográfico produzido pela Comissão Científica de Exploração, uma forma de celebrar o feito, apresentando os seus resultados por meio de um belo livro que não abre mão de um estudo crítico. Assim, tira do esquecimento e traz à tona um empreendimento que pouco destaque recebeu na historiografia brasileira em geral e das ciências em particular, fornecendo reflexões na área de História das Ciências, abordando temáticas e personagens específicos.